

15/maio/2024

À: Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
À atenção dos Administradores e Acionistas

Ref.: Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias
nº 244UJ-040-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas., as demonstrações contábeis intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, acompanhadas do relatório de revisão auditor independente.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio



Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias acompanhadas do
relatório de revisão do auditor independente para o
período de três meses findo em 31 de março de 2024

Índice

| | Página |
|---|--------|
| Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias | 3 |
| Demonstrações contábeis intermediárias | 6 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2024 | 13 |

Relatório sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Goiânia – GO

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos atenção para os eventos informados nas Notas Explicativa nºs 1 e 7 que descrevem que as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, estas notas explicativas descrevem a situação de incerteza sobre o Contrato de Concessão que, no encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2024, se encontrava em situação de relicitação, arbitragens pendentes de conclusão quanto ao balanceamento econômico/financeiro e possível repactuação.

Em novembro de 2023, a Companhia protocolou junto ao Ministério dos Transportes uma proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão pela Portaria 848. Desde então, o Ministério dos Transportes manifestou-se favorável à pré-admissibilidade do requerimento e o encaminhou à INFRA S.A e ANTT para suas respectivas avaliações. Ainda há diversas etapas a serem cumpridas, incluindo a análise preliminar pela Infra S.A. em relação ao atendimento das premissas públicas estabelecidas na portaria e na política pública de outorgas, bem como análise, pela ANTT, do reequilíbrio proposto no novo termo aditivo de otimização e readequação do contrato de concessão (dentre outros assuntos).

Estes assuntos, aliado ao capital circulante negativo, prejuízo no período e prejuízos acumulados, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos nas Notas Explicativas nº 1 e 7. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

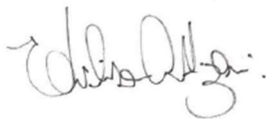
Reapresentação das informações contábeis intermediárias comparativas revisadas por outro auditor independente

A revisão das demonstrações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2023, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.6, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão, sem modificação, em 27 de abril de 2023. Como parte de nossa revisão das demonstrações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2024, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.6, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2023. Em nossa conclusão, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as aquelas informações contábeis intermediárias e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as citadas informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, sem modificações, em 14 de março de 2024.

São Paulo, 15 de maio de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7



Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

| | Notas | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|-------|------------------|------------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 10.765 | 10.165 |
| Caixa vinculado | 3 | 7.919 | 8.306 |
| Clientes e operações a receber | 4 | 43.524 | 37.684 |
| Impostos a recuperar | | 320 | 281 |
| Adiantamentos diversos | 5 | 1.703 | 1.331 |
| Despesas antecipadas | | 3.176 | 4.493 |
| Total do ativo circulante | | 67.407 | 62.260 |
| Ativo não circulante | | | |
| Impostos e contribuições diferidos | 16 | 71.767 | 75.588 |
| Partes relacionadas | 6 | 49.164 | 45.882 |
| Direitos de Uso | | 1.843 | 1.499 |
| Ativo financeiro | 7 | 1.071.167 | 1.088.514 |
| Outros créditos | | - | 15 |
| Imobilizado | | 564 | - |
| Intangível | 8 | 153.728 | 153.177 |
| Total do ativo não circulante | | 1.348.233 | 1.364.675 |
| Total do ativo | | 1.415.640 | 1.426.935 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

| | Notas | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|---|-------|------------------|------------------|
| Passivo circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 175.341 | 190.836 |
| Fornecedores | | 38.905 | 24.619 |
| Arrendamento mercantil | | 2.338 | 2.072 |
| Obrigações trabalhistas | | 8.673 | 8.016 |
| Obrigações fiscais | 10 | 11.884 | 20.355 |
| Partes relacionadas | 6 | 9.690 | 12.145 |
| Outras obrigações | | 985 | 3.967 |
| Total do passivo circulante | | 247.816 | 262.010 |
| Passivo não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 915.279 | 917.980 |
| Fornecedores | | 7.535 | - |
| Arrendamento mercantil | | 146 | 145 |
| Obrigações fiscais | 10 | 14.913 | 9.850 |
| Provisões para demandas judiciais | 17 | 10.741 | 9.739 |
| Total do passivo não circulante | | 948.614 | 937.714 |
| Patrimônio líquido | 11 | | |
| Capital social | | 380.000 | 380.000 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 49.710 | 49.710 |
| Prejuízos acumulados | | (210.500) | (202.499) |
| Total do patrimônio líquido | | 219.210 | 227.211 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 1.415.640 | 1.426.935 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído evidenciado por ação em reais)

| | Notas | 31/03/2024 | 31/03/2023 (reapresentado) |
|--|-------|-----------------|-------------------------------|
| Receitas operacionais líquidas | 12 | 150.990 | 84.802 |
| Custo dos serviços prestados e de construção | 13 | (112.579) | (113.423) |
| Resultado bruto | | 38.411 | (28.621) |
| Despesas operacionais, líquidas: | | | |
| Administrativas | 13 | (7.151) | (4.332) |
| Salários e encargos sociais | | (1.881) | (1.796) |
| Amortização | | (990) | (1.327) |
| Administradores | 14 | (214) | (183) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | (1.528) | (5.060) |
| | | (11.764) | (12.698) |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | 26.647 | (41.319) |
| Resultado financeiro, líquido: | | | |
| Receitas financeiras | 15 | 216 | 1.498 |
| Despesas financeiras | 15 | (34.584) | (35.424) |
| | | (34.368) | (33.926) |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | (7.721) | (75.245) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16 | (280) | 5.304 |
| Prejuízo do período | | (8.001) | (69.941) |
| Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$) | 11.b | (0,021) | (0,184) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Triunfo
CONCEBRA

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | <u>31/03/2024</u> | <u>31/03/2023</u> |
|---|-----------------------|------------------------|
| Prejuízo do exercício | (8.001) | (69.941) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(8.001)</u> | <u>(69.941)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|--|-----------------------|--|---------------------------------|-------------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 380.000 | 49.710 | (191.455) | 238.255 |
| Prejuízo do período | - | - | (77.186) | (77.186) |
| Saldo em 31 de março de 2023 (reapresentado) | 380.000 | 49.710 | (268.641) | 161.069 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 380.000 | 49.710 | (202.499) | 227.211 |
| Prejuízo do período | - | - | (8.001) | (8.001) |
| Saldo em 31 de março de 2024 | 380.000 | 49.710 | (210.500) | 219.210 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | <u>31/03/2024</u> | <u>31/03/2023</u> |
|---|-------------------|-----------------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (7.721) | (75.245) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo do período | | |
| Margem de construção | (119) | (194) |
| Amortização de intangível | 1.850 | 393 |
| Depreciação de imobilizado e direito de uso | 991 | 1.327 |
| Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos | 12.811 | 18.984 |
| Juros sobre arrendamentos | 62 | - |
| Remuneração do ativo financeiro | (580) | (8.625) |
| Atualização tarifa excedente | 20.061 | 11.889 |
| Resultado na alienação de ativos | 706 | - |
| Provisão/reversão de contingências | 1.002 | (9.578) |
| Variação nos ativos: | | |
| Cliente e operações a receber | (5.840) | (2.292) |
| Contas a receber – Partes relacionadas | (3.282) | - |
| Impostos a recuperar | (39) | (453) |
| Despesas antecipadas | 1.317 | (5.062) |
| Outros valores a receber | (372) | (557) |
| Excedente tarifário – bens reversíveis e indenizáveis | - | 75.750 |
| Outros créditos | 15 | (12) |
| Variação no passivo | | |
| Fornecedores | 21.821 | 18.273 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 657 | (671) |
| Impostos, taxas e contribuições | 133 | 19.987 |
| Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais | (2.458) | 1.083 |
| Outras obrigações | (2.979) | - |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | <u>38.036</u> | <u>44.997</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento: | | |
| Adições ao imobilizado | (584) | - |
| Adições ao ativo intangível | (5.122) | (15.070) |
| Caixa aplicado nas atividades de investimentos | <u>(5.706)</u> | <u>(15.070)</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento: | | |
| Pagamentos de arrendamento mercantil (IFRS16) | (1.110) | (1.319) |
| Pagamentos de financiamento (BNDES) | (31.007) | (29.682) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | <u>(32.117)</u> | <u>(31.001)</u> |
| Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa | <u>213</u> | <u>(1.074)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 18.471 | 12.286 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | <u>18.684</u> | <u>11.212</u> |
| Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa | <u>213</u> | <u>(1.074)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis intermediárias.



Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2024 e em 31 de março de 2023
(Em milhares de reais)

| | 31/03/2024 | 31/03/2023 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas | 164.580 | 91.551 |
| Receita de pedágio | 159.194 | 66.952 |
| Receitas de remuneração de ativo financeiro | 580 | 8.625 |
| Receita de construção | 4.700 | 15.017 |
| Outras receitas | 106 | 957 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (104.023) | (105.362) |
| Custos dos serviços prestados (a) | (94.085) | (86.395) |
| Custos de construção | (4.581) | (14.636) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (5.357) | (4.331) |
| Valor adicionado bruto | 60.557 | (13.811) |
| Depreciação e Amortização | (2.908) | (1.720) |
| Valor adicionado líquido produzido | 57.649 | (15.531) |
| Valor adicionado recebido em transferência | 216 | 1.498 |
| Receita financeira | 216 | 1.498 |
| Valor adicionado total a distribuir | 57.865 | (14.033) |
| Distribuição do valor adicionado | 57.865 | (14.033) |
| Pessoal | 11.741 | 11.897 |
| Remuneração direta | 8.743 | 9.168 |
| Benefícios | 2.409 | 2.116 |
| F.G.T.S. | 589 | 613 |
| Impostos, taxas e contribuições | 16.131 | 2.568 |
| Federais | 8.149 | (780) |
| Municipais | 7.982 | 3.348 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 37.994 | 41.443 |
| Juros | 34.584 | 35.424 |
| Aluguéis | 2 | 2 |
| Outras | 3.408 | 6.017 |
| Lucro (Prejuízo) do período | (8.001) | (69.941) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Informações sobre a Companhia

A Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra”, “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade anônima de capital fechado com registro na CVM, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, e possui como acionista a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“TPI” ou “Controladora”). A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR 153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação.

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, conforme prevê a Lei das Concessões nº 8987/1995.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), a Concessionária conta com 24 bases operacionais que prestam serviços de atendimento ao usuário, 02 postos de pesagem veicular, 12 bases da polícia rodoviária federal, 06 lotes de manutenção e conservação e 11 praças de pedágio ao longo de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados, em quase sua totalidade, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nos primeiros 5 anos, período de maior concentração das obras e a partir daí, com capital dos acionistas, geração de caixa e captações adicionais no mercado financeiro. O modelo de Concessão como estava concebido, concentração de investimentos e manutenção de tarifa de pedágio baixa, resultava, inexoravelmente, em investimento público a juros subsidiados.

Por ocasião do lançamento da licitação, o poder concedente incluiu no respectivo edital a oferta de contratação de financiamento de longo prazo em até 12 (doze) meses e após isso em 04 de setembro de 2013, foi publicada a Carta de Apoio dos Bancos Públicos, assinada pelo BNDES, pela Caixa Econômica Federal - CEF e pelo Banco do Brasil - BB, dispondo condições excepcionalmente subsidiadas em relação ao mercado nos financiamentos para o setor de rodovias. Subsídio esse dado pelo governo federal a partir do BNDES que permitiria a manutenção de uma tarifa baixa de pedágio aos usuários.

Desta forma, ao candidatar-se à licitação e ao aceitar a assinatura do contrato a Concessionária baseou-se na expectativa legítima de obtenção do financiamento que, de fato, era imprescindível à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, especialmente diante de um cronograma bastante apertado de investimentos, previsto para a execução das obras de ampliação e melhorias na rodovia nos primeiros 5 (cinco) anos de fruição da concessão.

Nesse contexto, no dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Torna-se evidente assim que o financiamento governamental à juros subsidiados era, de fato e de direito, elemento essencial das condições da concorrência. No entanto, o total liberado de fato pelo BNDES à Concebra foi de apenas R\$690.000 a título de empréstimo ponte, ante R\$3,6 bilhões previstos e aprovados na data acima mencionada, correspondente ao empréstimo de longo prazo.

Após mudança de orientação de política pública por parte do poder concedente (Governo), o prometido financiamento de longo prazo foi indeferido, sendo declarado antecipadamente vencido o empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016, sendo esse o principal motivo da inexecução contratual em sua plenitude.

O projeto como originalmente previsto pela ANTT e aprovado pelos órgãos, dependia, inexoravelmente do financiamento público a juros subsidiados.

Como não se confirmaram as condições inicialmente apresentadas para a obtenção de financiamento público, tendo sido liberados apenas empréstimos ponte de uma pequena parte do valor prometido, a Concessionária foi obrigada a arcar com parte considerável dos investimentos, em montante muito superior ao inicialmente previsto, desconfigurando e tornando inviáveis as obrigações assumidas pela Concessionária. Além do aporte contratual previsto de R\$380.000, a Controladora aportou adicionalmente a suas obrigações contratuais, o valor de R\$49.710 como bem pode ser observado nas Demonstrações Contábeis intermediárias divulgadas pela Companhia em exercícios anteriores.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia, reafirmando seu compromisso com o usuário, celebrou junto ao BNDES o contrato nº 19.2.0766.1, instrumento de confissão e reescalonamento da dívida decorrente do contrato de financiamento nº 14.2.0495.1 de 15 de julho de 2014 (Empréstimo Ponte), e com interveniência (aval) da TPI. O novo formato da negociação prevê o pagamento da dívida pela Companhia em 72 parcelas, por meio de retenção de um percentual da receita, mais parcela única com vencimento em 15 de dezembro de 2025 a ser quitada com aporte da Controladora. Vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 9.

A repactuação com o BNDES representava um passo importante para o direcionamento estratégico da Companhia considerando os possíveis cenários que se avizinhavam, sendo a continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, a partir da Revisão Quinquenal do seu contrato, ou o processo de Relicitação conforme prevê a lei 13.448/17.

Arbitragem

A Companhia esclarece que em 08 de julho de 2019, ingressou com pedido de abertura de processo arbitral junto a Câmara de Comercio Internacional - CCI, em face da ANTT. Referido processo arbitral visa solucionar controvérsias surgidas durante a execução do Contrato de Concessão firmado pela União (por intermédio da ANTT) e a Concebra, em decorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e da mora do citado órgão regulador em resolvê-los.

Tal medida encontra amparo na cláusula nº 37 do Contrato de Concessão que prevê que as Partes se obrigam a resolver por meio de arbitragem as controvérsias e/ou disputas oriundas ou relacionadas ao Contrato e/ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

Em 10 de junho de 2019 a Companhia, através da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), obteve decisão e sentença liminar que assegura que a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral, ao qual foi submetida a ação principal, pronuncie-se sobre a questão ou até que a Agência solucione o desequilíbrio econômico-financeiro. Em 30 de julho de 2019 foi obtida decisão ratificando a decisão liminar, tornando seus efeitos estáveis.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No entanto, em junho de 2020, diante de decisão proferida no âmbito da arbitragem, a Ordem Processual nº 03 suspende a sentença que mantinha a tarifa de pedágio obtida em sentença judicial. A partir daí, a ANTT foi autorizada a aplicar a redução de 37,32% na tarifa de pedágio, a partir do dia 28 de junho de 2020. A Concebra requereu reconsideração desta decisão junto a Câmara Arbitral (CCI) ainda em julho de 2020. Em análise ao pedido de reconsideração, os árbitros entenderam ser necessário afastar eventual risco de insolvência da Concebra, assegurando uma receita mínima para a manutenção dos serviços prestados e, deste modo, decidiram em 30 de outubro de 2020 que a ANTT, no prazo máximo de 60 dias, deveria apresentar o cálculo de qual seria o valor da tarifa de pedágio da concessão de forma a assegurar o equilíbrio de caixa da Concessionária (*break even point*). Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pela Companhia, inclusive com a contratação de empresa de consultoria externa (Tendências Consultoria) para levantar os valores mínimos de tarifa que a Companhia deveria perceber para evitar a falência dos ativos e assim, minimamente manter a segurança viária, as condições mínimas de manutenção da rodovia e por fim, a manutenção das atividades operacionais. O Tribunal Arbitral, através da Ordem Processual nº 15, indefere pedido da Concessionária, mantendo a tarifa média reduzida.

Ante considerável redução da tarifa de pedágio e conseqüente redução da arrecadação, não só o Plano de Investimentos, mas as atividades operacionais foram reprogramadas a fim de encaixar no caixa possível da Concessionária a partir daí.

Relicitação

Adicionalmente, o Governo Federal estabeleceu a possibilidade de devolução amigável de contratos de concessão, por meio do processo de relicitação, disposto pela Medida Provisória nº 752, que posteriormente foi convertida na Lei nº 13.448/17 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957/19 em agosto de 2019. Em dezembro de 2019, a ANTT publicou a Resolução nº 5.860/19 e posteriormente a Resolução 5.926/2021, estabelecendo a metodologia de cálculo dos valores indenizáveis em caso de extinção antecipada do contrato de concessão.

Em abril de 2020 a Concebra apresentou requerimento à ANTT para adesão à relicitação, porém o processo estava suspenso em razão da indefinição da tarifa. No mês de março de 2021, a Companhia decidiu por reapresentar o pedido de adesão à relicitação. Dentre outros fatores que justificam a decisão pela relicitação, destacam-se: a não solução dos diversos desequilíbrios do contrato de concessão; a drástica alteração no cenário econômico em relação ao previsto e considerado no momento da licitação; a impossibilidade da reprogramação dos investimentos decorrente da não conversão em lei da Medida Provisória nº 800/17; e, principalmente a imprevisível redefinição da política pública de financiamento de longo prazo, que frustrou a liberação de crédito prometido e aprovado, acarretando em conseqüências gravíssimas no equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária.

No dia 22 de junho de 2021 conforme Deliberação nº 216, a Diretoria da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), considerando que a pactuação da relicitação seria a melhor alternativa regulatória, visando um melhor serviço prestado ao usuário, aprovou a proposta enviada pela Concebra. A decisão se deu durante a reunião do colegiado realizada por videoconferência e foi publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de junho de 2021. Em 21 de setembro de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução CPPI nº 191, que recomenda a qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), para fins de relicitação, do empreendimento público federal BR-060/153/262/DF/GO/MG, entre Brasília/DF, Fronteira/MG e Betim/MG.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No dia 22 de novembro de 2021 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 10.864 de 19 de novembro de 2021, em que qualifica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, o empreendimento público federal do setor rodoviário BR-060/153/262/DF/GO/MG para fins de relicitação.

Em 17 de Fevereiro de 2022, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, deliberou aprovar a celebração do segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 004/2013, entre a ANTT e a Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S/A. Em 22 de Fevereiro de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União o extrato do termo aditivo.

O termo aditivo estabelecia as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no contrato de concessão originário, assim como as responsabilidades durante o período de transição e de transferência da concessão, a fim de garantir a continuidade e segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento. Além disso, o Aditivo também determinava a suspensão das obrigações de investimentos previstas no Contrato de Concessão Originário não constantes em seu Anexo I e, ao fim de sua vigência ou a celebração do novo Contrato de Concessão entre a ANTT e o futuro concessionário, a Concebra faria jus a uma indenização referente aos investimentos vinculados aos bens reversíveis (indenizáveis) não depreciados ou amortizados, calculados pelo custo histórico e atualizado pelo IPCA, assim como determina a resolução 5.860 de 3 de dezembro de 2019.

O 2º Termo Aditivo esteve em vigor até 20 novembro de 2023, até o fim de sua vigência não foi realizado novo leilão bem como não foi celebrado novo termo aditivo entre as partes. Em 21 de Novembro de 2023 foi interposta Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, processo nº 1009673-31.2023.4.06.3802 (“ACP”), em trâmite na 4ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberaba-MG, que determinou a prorrogação da manutenção da prestação dos serviços do contrato de concessão até a conclusão do processo de relicitação ou até eventual repactuação da Concessão nos termos da Portaria nº 848, de 25/08/2023 do Ministério dos Transportes.

Em 29 de Dezembro de 2023, em razão da Decisão Judicial da 4ª Vara de Uberaba, a ANTT aprovou o reajuste das tarifas praticadas vigentes em 6,35%, no qual contempla a variação do IPCA entre o período de dezembro de 2021 a janeiro de 2023. O reajuste entrou em vigor a partir das 00:00 horas do dia 19 de fevereiro de 2024.

Considerando o encerramento da vigência do 2º Termo Aditivo sem a realização de um novo leilão ou celebração de novo termo aditivo entre as partes, bem como a manutenção da prestação dos serviços previstos no contrato de concessão por meio de decisão judicial da 4ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberaba-MG, a Concebra passou a reconhecer a receita integral proveniente da tarifa praticada como receita de arrecadação de pedágio a partir de 22 de novembro de 2023, em consonância com a interpretação técnica ICPC-01 item 20, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

Convém mencionar ainda que, conforme previsto na resolução 5.860/2019, o poder concedente contou com a contratação de um verificador independente para certificação dos valores a serem indenizados. O escopo do trabalho foi dividido em 8 produtos com objetivo de chegar-se ao valor da indenização pelos bens reversíveis e ainda não amortizados, resultando este descrito no Produto denominado 2B – Cálculo da indenização para os investimentos não depreciados em ativos reversíveis devido à concessionária. Embora o trabalho concluído, foi aberto o prazo para Contraditório e Ampla Defesa da Concessionária, que por sua vez, está realizando as considerações pertinentes sobre os montantes apurados.

Em paralelo ao processo de relicitação, em 28 de novembro de 2023 a Concebra protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão pela Portaria 848. Em 07 de dezembro de 2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A e ANTT para suas respectivas avaliações. Ainda há diversas etapas a serem cumpridas, como a análise preliminar pela Infra S.A. em relação ao atendimento às premissas

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



públicas estabelecidas na portaria e na política pública de outorgas, bem como a análise, pela ANTT, da vantajosidade do novo termo aditivo de otimização e readequação do contrato de concessão.

2. Base para a preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

2.1. Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS / IAS 34) e de acordo com a deliberação CVM 673/11 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2024. As demonstrações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024 devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ou, quando aplicável, ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo na mensuração subsequente.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias:

i) Contratos de Concessão

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

ii) Ativo financeiro

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando atende as seguintes condições: (i) mantido dentro do modelo de negócios e cujo objetivo seja manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram em datas específicas fluxo de caixa que são relativos apenas à pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos não classificados ao custo amortizado são classificados a valor justo no resultado. A Companhia pode designar um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo no resultado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iv) Amortização do ativo intangível

A amortização do direito de exploração da infraestrutura era reconhecida no resultado de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões das rodovias, tendo sido adotadas as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos econômicos que buscavam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A partir de junho de 2022, com o reconhecimento do Ativo Financeiro, conforme previsto na Resolução 5.860 de 03 de dezembro de 2019, a Companhia passou a utilizar a metodologia linear para amortização e depreciação do seu ativo imobilizado e intangível. As bases históricas também foram ajustadas, eliminando as diferenças temporárias existentes até então.

v) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

2.5. Normas, alterações e Interpretações

2.5.1. Normas e interpretações adotadas em 2024

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. porém, nenhuma apresentação adicional é requerida nas demonstrações contábeis interinas no primeiro ano de adoção das alterações implementadas.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.5.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Norma IFRS S1: Divulgações Gerais - Estabelece os requisitos gerais para que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de demonstrações contábeis relacionadas à sustentabilidade, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

Norma IFRS S2: Divulgações relacionadas ao clima - Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de demonstrações contábeis relacionadas à sustentabilidade, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos da alteração listada acima, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.6. Reapresentação das demonstrações contábeis do período comparativo findo em 31 de março de 2023

A Companhia reapresentou os saldos comparativos de 31 de março de 2023, por ocasião de revisão na classificação contábil dos investimentos realizados no ativo de concessão no período de 2023, onde identificou-se que uma parte das intervenções realizadas, dado sua característica técnica, aumentavam a vida útil do ativo de concessão. Como resultado desta mudança, abaixo segue reapresentação das demonstrações:

Balanço patrimonial

| | 31/03/2023 | | |
|--|------------------|--------------|------------------|
| | Original | Ajustes | Reapresentado |
| Total do ativo circulante | 57.191 | - | 57.191 |
| Ativo não circulante | | | |
| Intangível | 41.222 | 7.308 | 48.530 |
| Total do ativo não circulante | 1.409.936 | 7.308 | 1.417.244 |
| Total do ativo | 1.467.127 | 7.308 | 1.474.435 |
| Total do passivo circulante | 260.237 | - | 260.237 |
| Passivo não circulante | | | |
| Impostos e contribuições diferidos | 3.468 | 63 | 3.531 |
| Total do passivo não circulante | 1.045.821 | 63 | 1.045.884 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital Social | 380.000 | - | 380.000 |
| Prejuízos acumulados | (268.641) | 7.245 | (261.397) |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | 49.710 | - | 49.710 |
| Total do patrimônio líquido | 161.069 | 7.245 | 168.313 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 1.467.127 | 7.308 | 1.474.435 |

Demonstração dos resultados

| | 31/03/2023 | | |
|---|-----------------|--------------|-----------------|
| | Original | Ajustes | Reapresentado |
| Receitas operacionais líquidas | 77.443 | 7.359 | 84.802 |
| Custo dos serviços prestados e de construção | (113.372) | (51) | (113.423) |
| Resultado bruto | (35.929) | 7.308 | (28.621) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | (12.699) | - | (12.699) |
| Resultado financeiro | (33.926) | - | (33.926) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e contribuição social | (82.553) | 7.308 | (75.245) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 5.367 | (63) | 5.304 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | (77.186) | 7.245 | (69.941) |

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstração dos fluxos de caixa

| | 31/03/2023 | | |
|---|-----------------|----------------|-----------------|
| | Original | Ajustes | Reapresentado |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (82.553) | 7.308 | (75.245) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | | |
| Amortização | 342 | 51 | 393 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 37.638 | 7.359 | 44.997 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento: | | | |
| Adições ao ativo intangível | (7.711) | (7.359) | (15.070) |
| Caixa aplicado nas atividades de investimentos | (7.711) | (7.359) | (15.070) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (31.001) | - | (31.001) |
| Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa | 1.074 | - | 1.074 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 12.286 | - | 12.286 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 11.212 | - | 11.212 |
| Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa | 1.074 | - | 1.074 |

Demonstração do valor adicionado

| | 31/03/2023 | | |
|--------------------------------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Original | Ajustes | Reapresentado |
| Receitas | 84.191 | 7.360 | 91.551 |
| Receita de construção | 7.658 | 7.359 | 15.017 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (105.362) | - | (105.362) |
| Custos dos serviços prestados (a) | (93.567) | 7.172 | (86.395) |
| Custos de construção | (7.464) | (7.172) | (14.636) |
| Valor adicionado bruto | (21.170) | 7.359 | (13.811) |
| Depreciação e Amortização | (1.669) | (51) | (1.720) |
| Valor adicionado líquido produzido | (22.839) | 7.308 | (15.531) |
| Receita financeira | 1.498 | - | 1.498 |
| Valor adicionado total a distribuir | (21.341) | 7.308 | (14.033) |
| Distribuição do valor adicionado | (21.341) | 7.308 | (14.033) |
| Pessoal | 11.897 | - | 11.897 |
| Remuneração direta | 9.168 | - | 9.168 |
| Impostos, taxas e contribuições | 2.505 | 63 | 2.568 |
| Federais | (843) | 63 | (780) |
| Remuneração de capitais de terceiros | 41.443 | - | 41.443 |
| Prejuízo do período | (77.186) | 7.245 | (69.941) |

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



3. Disponibilidades

a) Caixa e equivalentes de caixa

| | Indexador | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------|--------------------|---------------|---------------|
| Disponibilidades (i) | | 4.850 | 4.710 |
| Aplicações financeiras (ii) | 60% a 98,5% do CDI | 5.915 | 5.455 |
| | | 10.765 | 10.165 |

O montante de R\$10.765 apurados como caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2024 são compostos da seguinte forma: (i) R\$4.850 relativos ao fluxo corrente de caixa da Companhia e destinado a fazer frente às obrigações (custeio) de curto prazo (30d) e (ii) R\$5.915 relativo ao saldo de aplicações financeiras em CDB.

Encontram-se no item (i), tanto em 31 de março de 2024 como em 31 de dezembro de 2023, os recursos relativos a montantes custodiados pela transportadora de valores (valores em trânsito), e os fundos fixos disponíveis nos cofres das praças de pedágio, para eventual necessidade de “troco” em moedas.

b) Caixa vinculado

| | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Banco Conta Vinculada (iii) | 7.919 | 8.306 |

Os valores registrados em (b) no item (iii), Conta Vinculada de R\$7.919 representam recursos retidos na conta dívida (*escrow account*) junto ao Santander (Banco Administrador) e são utilizados exclusivamente na amortização da dívida com o BNDES, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9.

4. Clientes e operações a receber

| | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------|---------------|---------------|
| Arrecadação pedágio | | |
| Vale pedágio | 964 | 749 |
| Pedágio eletrônico (i) | 41.920 | 36.277 |
| Cartões a receber | 429 | - |
| Uso de faixa de domínio | 171 | 96 |
| Clientes diversos | 40 | 562 |
| | 43.524 | 37.684 |

- (i) Os recursos referem-se a operações a receber de pedágio eletrônico, cujo prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

5. Adiantamentos diversos

| | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Adiantamentos a fornecedores | 1.219 | 928 |
| Adiantamentos a funcionários | 484 | 403 |
| | 1.703 | 1.331 |

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições estabelecidas entre as partes contratualmente, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

| Partes relacionadas | 31/03/2024 | | 31/12/2023 | |
|--|---------------|----------------|---------------|-----------------|
| | Adiantamentos | Contas a pagar | Adiantamentos | Contas a pagar |
| Construtora Triunfo S.A. (i) | 45.854 | - | 45.578 | - |
| TCE Engenharia (ii) | 3.310 | - | 304 | - |
| TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iii) | - | (9.690) | - | (12.145) |
| | 49.164 | (9.690) | 45.882 | (12.145) |

- Valores referentes a fornecimento de serviços e adiantamentos conforme previstos no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a ANTT e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total. O contrato possui o prazo de vigência de cinco anos e encontra-se atualmente em stand-by (suspensão). A operação está coberta por carta de garantia fidejussória emitida pela THC – Triunfo Holding de Construções Ltda., controladora direta da Construtora Triunfo S.A.;
- Valores referente a adiantamento de curto prazo para fazer frente ao cronograma de prestação de serviços de manutenção do pavimento conforme contrato; e
- Valores relacionados a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas da holding, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas e devidamente coberta por contrato existente entre a Companhia e sua controladora.

7. Ativo financeiro

| Movimentação do ativo financeiro em: | Saldo inicial do período | Reconhecimento inicial | Transferência | Tarifa excedente | Atualização ativo financeiro | Atualização excedente tarifário | Amortização | Saldo final do Período |
|--------------------------------------|--------------------------|------------------------|---------------|------------------|------------------------------|---------------------------------|-------------|------------------------|
| | | (i) | (ii) | (iii) | (iv) | (v) | (vi) | |
| 2022 | - | 1.333.876 | 36.555 | (237.543) | 304.814 | (8.905) | (36.696) | 1.392.101 |
| 2023 | 1.392.101 | - | 41.449 | (277.486) | 115.492 | (49.812) | (133.230) | 1.088.514 |
| 2024 | 1.088.514 | | 2.134 | - | 33.990 | (20.061) | (33.410) | 1.071.167 |

- Valor transferido do ativo intangível para ativo financeiro, em virtude da assinatura do 2º termo aditivo do contrato de concessão. Bens reversíveis e amortizados até a data de 30/06/2022;
- Aquisições posteriores a constituição inicial do Ativo Financeiro;
- Dedução do ativo financeiro, correspondente ao recebimento antecipado via excedente tarifário, conforme item 5.4 do 2º termo aditivo do contrato de concessão, vigente no período de 03 de abril de 2022 à 21 de novembro de 2023, líquido de impostos (ISS, PIS e Cofins);
- Atualização monetária do Ativo Financeiro conforme resolução 5.860/19, Art. 12;
- Atualização monetária do Excedente tarifário conforme Cláusula Quinta, item 5.4, do 2º Termo Aditivo vigente até 21 de novembro de 2023; e

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- vi. Amortização dos bens reversíveis, classificados no Ativo Financeiro, pelo método linear, conforme previsto na Resolução 5.860/19.

Segundo termo aditivo do contrato de concessão

Em 18 de fevereiro de 2022 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Edital nº 004/2013) para fins de relicitação com vigência por 24 meses (com possibilidade de prorrogação) a contar da publicação do Decreto 10.864, de 19 de novembro de 2021, que qualificou o empreendimento para fins de relicitação. O Termo Aditivo prevê na cláusula 5ª, item 5.4, o desconto do montante auferido pela Concessionária da arrecadação proveniente da tarifa excedente, do valor de indenização pelos investimentos vinculados e bens reversíveis não amortizados ou depreciados. Dessa forma, para a mensuração do valor de indenização a ser recebido do poder concedente, foram reclassificados do ativo intangível para o ativo financeiro o montante dos ativos reversíveis não amortizados avaliados pelo custo amortizado à curva de tráfego, ajustado pela diferença do critério de amortização linear e atualização do IPCA até 31 de março de 2024, conforme prevê a lei nº 13.448/2017, decreto lei 9.957/2019 e resolução ANTT 5.860 de 2019, que estabelecem a metodologia de cálculo dos bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

Com a finalização do prazo estabelecido no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e a não celebração de um novo termo aditivo ao contrato de concessão entre as partes renovando o prazo e condições estabelecidas, a Companhia se mantém a frente da Concessão, mediante determinação judicial interposta pela ACP de 20 de novembro de 2024 pela Justiça Federal da 4ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberaba-MG, mantendo a operação e conservação da rodovia priorizando sempre o melhor atendimento possível aos usuários.

A partir de 22 de novembro de 2023, Concebra passou a reconhecer a totalidade da tarifa praticada como receita de arrecadação de pedágio, de acordo com o item 20 da interpretação técnica ICPC-01 (Ativos de concessão) que determina que as receitas e os custos relativos aos serviços de operação devem ser contabilizados de acordo com pronunciamento técnico CPC-47 (Receita de contrato com cliente), deixando de ser contabilizada como redutor do Ativo Financeiro o excedente tarifário, uma vez que o 2º Termo Aditivo se encerrou sem a realização de um novo leilão ou celebração de novo termo aditivo entre as partes, e com a prorrogação forçada do contrato de concessão por meio da Decisão Judicial .

Convém esclarecer que este entendimento é reiterado pela decisão integrativa de 29 de fevereiro de 2024 em que o juízo salienta a argumentação apresentadas pelo MPF sobre a necessidade da manutenção da tarifa praticada para assegurar a continuidade dos serviços e atender aos parâmetros definidos nos termos do 2º Termo aditivo, e que o imbróglio trazido pela ANTT relativo à definição de tarifa praticada extrapola os limites dos pedidos formulados nos embargos declaratórios, não cabendo à ANTT utilizar de tal instrumento para discutir composição/definição das tarifas a serem cobradas pela Concebra em decorrência de prorrogação forçada do contrato de concessão. Nesse sentido a tarifa excedente, redutora do ativo financeiro durante a vigência do 2º Termo aditivo encerrado em 21 de novembro de 2023, se apresenta como tema controverso após esta data, uma vez que não houve a celebração de um novo termo aditivo entre as partes, e tal decisão não afasta o direito tanto da Concebra quanto da ANTT em pleitear, pelas vias competentes, o que entender de direito com relação à tarifa atualmente praticada.

Caso fossem mantidas as condições estabelecidas no 2º Termo Aditivo, o valor arrecadado no período entre 22 de novembro de 2023 a 31 de março de 2024 relativo à “tarifa excedente” corresponderia à R\$114.222, líquidos dos impostos indiretos (Pis, Cofins e ISS).

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



8. Intangível

8.1. O ativo intangível em serviço está assim representado:

| | Instalações, edificações e dependências | Pistas, acostamentos e acessos | Canteiro central, faixa de domínio | Drenagem e obras de arte correntes | Sistemas e infraestrutura de rádio comunicação | Sinalização | Outros ativos em serviço | Total |
|------------------------------------|---|--------------------------------------|---------------------------------------|--|---|--------------|-----------------------------|-----------------|
| Saldo em 31/12/2022 | 258 | 2.558 | 4 | - | - | - | 42.131 | 44.951 |
| Construções/aquisições | 311 | 116.049 | - | 13.910 | 2.402 | 15.595 | 13.253 | 161.520 |
| Transferência Ativo Financeiro (i) | (311) | - | - | (13.910) | (2.402) | (15.595) | (9.231) | (41.449) |
| Saldo em 31/12/2023 | 258 | 118.607 | 4 | - | - | - | 46.153 | 165.022 |
| Construções/aquisições (ii) | - | 43 | - | 128 | 1.087 | 2.350 | 1.633 | 5.241 |
| Baixa | - | - | - | - | - | - | (706) | (706) |
| Transferência Ativo Financeiro (i) | - | (43) | - | (128) | (1.087) | - | (876) | (2.134) |
| Saldo em 31/03/2024 | 258 | 118.607 | 4 | - | - | 2.350 | 46.204 | 167.423 |
| Saldo em 31/12/2022 | (2) | (1.082) | (1) | - | - | - | (2.496) | (3.581) |
| Amortização | - | (5.180) | - | - | - | - | (3.084) | (8.264) |
| Saldo em 31/12/2023 | (2) | (6.262) | (1) | - | - | - | (5.580) | (11.845) |
| Amortização | - | (1.403) | - | - | - | (14) | (433) | (1.850) |
| Saldo em 31/03/2024 | (2) | (7.665) | (1) | - | - | (14) | (6.013) | (13.695) |
| Valor residual líquido | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2023 | 256 | 112.345 | 3 | - | - | - | 40.573 | 153.177 |
| Saldo em 31/03/2024 | 256 | 110.942 | 3 | - | - | 2.336 | 40.191 | 153.728 |

- i. Transferência de ativo intangível para o ativo financeiro, conforme mencionado na Nota Explicativa nº7; e
- ii. O Valor de 116.049 se refere a intervenções estruturais realizadas no pavimento, efetuadas a partir da análise e das indicações dos relatórios de monitoramento. Respektivas intervenções de características mais robustas, resultam em uma maior vida útil ao pavimento, nos respectivos trechos intervindos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço, não seja suficiente para recuperar o investimento, exceto caracterizado os eventos de fato do príncipe, caso fortuito e força maior, caracterizando assim álea econômica extraordinária.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente, e por isso são reconhecidas em contrapartida de ativos intangíveis, representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

A partir de junho de 2022, com o reconhecimento do Ativo Financeiro, conforme previsto na Resolução 5.860 de 03 de dezembro de 2019, a companhia passou a utilizar a metodologia linear para amortização e depreciação do seu ativo imobilizado e intangível. As bases históricas também foram ajustadas, eliminando as diferenças temporárias existentes até então.

Os valores que remanesceram no Intangível, se referem aos itens não reversíveis conforme os critérios estabelecidos na Resolução 5.860/19. Importante mencionar que dado aos cenários que se apresentam quanto ao futuro da Concessionária, sejam eles de continuidade da relicitação ou mesmo da possibilidade de repactuação, e incerteza de qual período a Concessionária ainda estará à frente do Ativo, a Companhia manteve para esses bens, o mesmo prazo de amortização do Ativo Financeiro, ou seja, o prazo remanescente do Contrato original, até que se tenha uma definição quanto ao formato de sua continuidade operacional.

8.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os intangíveis têm vida útil definida e podem estar sujeitos a análise de impairment anual. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. Para 31 de dezembro de 2022, não foi encontrado indícios de perdas ao valor recuperável que levasse a Companhia a realizar o teste de *impairment*.

8.3. Juros capitalizados

Como a Companhia tomou emprestado recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se às mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota Explicativa nº 8.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As referidas capitalizações ocorreram de julho de 2014 até outubro de 2015. No período findo em 31 de março de 2024 o saldo capitalizado, líquido de amortização acumulada, é de R\$84.097. Este valor se encontra classificado no ativo financeiro, junto aos demais bens reversíveis da Concessionária conforme resolução 5.860/19.

9. Empréstimos e financiamentos

| Banco | Garantia | Indexador | Vencimento | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------|--------------------------------|-----------------|------------|------------------|------------------|
| BNDES-Subcrédito A | Aval controladora e recebíveis | IPCA+TLP+2%a.a. | Dez/2025 | 779.870 | 792.012 |
| BNDES-Subcrédito B | Aval controladora e recebíveis | IPCA+TLP+2%a.a. | Dez/2025 | 310.750 | 316.804 |
| | | | | 1.090.620 | 1.108.816 |
| Circulante | | | | 175.341 | 190.836 |
| Não circulante | | | | 915.279 | 917.980 |

9.1. Cronograma de vencimento das parcelas

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

| | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|--------------|----------------|----------------|
| 2025 | 675.306 | 683.269 |
| 2026 | 239.973 | 234.711 |
| Total | 915.279 | 917.980 |

9.2. Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

A movimentação dos financiamentos está demonstrada a seguir:

| | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------------|------------------|
| Saldo Inicial | 1.108.816 | 1.190.270 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 12.811 | 45.339 |
| Pagamentos | (31.007) | (126.793) |
| Saldo Final | 1.090.620 | 1.108.816 |

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data dessas Demonstrações Contábeis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia, reafirmando seu compromisso com o usuário, celebrou junto ao BNDES o Contrato nº 19.2.0766.1, instrumento de confissão e reescalonamento do passivo decorrente do contrato de financiamento nº 14.2.0495.1 de 15/07/2014 (Empréstimo ponte), com interveniência (aval) da controladora TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo").

O novo formato da negociação prevê a quitação de dívida total (atualizada até a data de seu reescalonamento) de R\$1.111.265, sendo que (i) R\$792.348 (parcela denominada Subcrédito A) serão pagos pela Concebra em 72 parcelas, mais uma parcela única com vencimento em 15/12/2025, a ser quitada com aporte da Controladora, ou podendo ainda ser quitado antecipadamente no eventual recebimento de indenização pela relicitação. A diferença(ii), de R\$318.917 (denominada Subcrédito B), correspondente aos

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



encargos moratórios do Empréstimo ponte, será perdoada com advento da quitação do Subcrédito A. A correção da dívida se dará por TLP + 2% a.a.

Conforme previsto no contrato de reescalonamento, o valor do Subcrédito B será perdoado anualmente pelo BNDES a partir de 31 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2024, na proporção do saldo efetivamente amortizado do Subcrédito A. O saldo residual do Subcrédito B também será perdoado na quitação do Subcrédito A, na data de vencimento (31 de dezembro de 2025) ou a qualquer momento em uma eventual liquidação antecipada.

Assim, o valor da dívida, para fins de análise de valor de liquidação, em 31 de março de 2024 seria equivalente apenas ao saldo de Subcrédito A, que monta R\$779.870.

Para garantir o pagamento das 72 parcelas do Subcrédito A, a Concebra alienou fiduciariamente ao BNDES direitos creditórios representativos de até 20% de seu faturamento bruto mensal ou um valor mínimo de parcela (R\$5.400), dependendo do valor da tarifa de pedágio praticada no vencimento da parcela a ser paga. Na prática, as receitas de pedágio e acessórias auferidas pela Companhia serão diretamente depositadas em uma conta centralizadora e, ao final de cada mês, o valor da parcela será diretamente transferido para o BNDES para pagamento do Subcrédito A.

10. Obrigações fiscais

| | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| ISS a recolher | 3.362 | 3.199 |
| PIS/Cofins – Faturamento | 1.950 | 5.212 |
| PIS/Cofins/CSLL – Terceiros | 206 | 289 |
| IRRF/INSS – Terceiros | 397 | 388 |
| IRPJ (i) | - | 5.132 |
| CSLL (i) | - | 1.949 |
| Parcelamentos (ii) | 20.882 | 14.036 |
| | 26.797 | 30.205 |
| Circulante | 11.884 | 20.355 |
| Não circulante | 14.913 | 9.850 |

- i. No ano de 2023, dado a base de cálculo positiva para o IRPJ e CSLL, apurou-se imposto corrente; e
- ii. O aumento na linha de parcelamentos no ano de 2024, se referem aos débitos de IRPJ e CSLL correntes, apurados em 2023.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é representado por 380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

O cálculo básico e diluído de lucro líquido (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

| | <u>31/03/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Numerador | | |
| Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias | (8.001) | (11.043) |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico e diluído | 380.000 | 380.000 |
| Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$) | (0,021) | (0,029) |

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu até 31 de março de 2024 recursos no montante de R\$49.710 milhões da acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”) a título de adiantamento para futuro aumento de capital, com objetivo de convertê-lo em capital social e, portanto, sem possibilidade de devolução.

12. Receitas operacionais, líquidas

| | <u>31/03/2024</u> | <u>31/03/2023</u> (Reapresentado) |
|-------------------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| Receitas: | | |
| Receita de pedágios | 159.194 | 66.952 |
| Remuneração do ativo financeiro (i) | 580 | 8.625 |
| Receita de construção | 4.700 | 15.017 |
| | 164.474 | 90.594 |
| Impostos sobre faturamento: | | |
| (-) PIS sobre faturamento | (983) | (435) |
| (-) Cofins sobre faturamento | (4.537) | (2.008) |
| (-) ISS sobre serviços prestados | (7.964) | (3.349) |
| | (13.484) | (5.792) |
| Receita operacional líquida | 150.990 | 84.802 |

O aumento na receita acumulada de arrecadação de pedágio que em 31 de março de 2024 foi de R\$159.194 e em 31 de março de 2023 foi de R\$66.952, é explicado substancialmente pelo impacto da tarifa excedente após a interposição da ACP, pela Justiça Federal da 4ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberaba-MG, que determinou a prorrogação da manutenção da prestação dos serviços do contrato de concessão conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº7. Adicional a isso, a partir do dia 19 de fevereiro de 2024, conforme previsto na Cláusula 5.3 do 2º Termo Aditivo, a tarifa foi reajustada em 6,35% para incorporar a variação do IPCA do período compreendido entre dezembro de 2021 a janeiro de 2023.

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$4.700 milhões (R\$15.017 milhões em 2023) dos ativos da concessão medidos e realizados no período encerrado em 31 de março de 2024 que contempla aproximadamente 2,53%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no ano.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



i. Remuneração ativo financeiro

Corresponde aos efeitos de atualização dos ativos financeiros reversíveis não amortizados avaliados pelo custo amortizado, conforme critério de amortização linear e atualização do IPCA, de acordo com a lei nº 13.448/2017, decreto lei 9.957/2019 e resolução ANTT 5.860 de 2019, que estabelecem a metodologia de cálculo dos bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

Com a celebração do 2º termo aditivo do contrato de concessão para fins de relicitação, e com base nas diretrizes da orientação OCPC-05 e interpretação ICPC-01, considera-se que o ativo financeiro de indenização representa um recebível e que a parcela de remuneração, por ser parte intrínseca do negócio, representa receita da operação.

13. Custos e despesas dos serviços prestados e de construção

Os custos e despesas estão apresentados por natureza:

| Descrição | 31/03/2024 | 31/03/2023 (Reapresentado) |
|---|------------------|-------------------------------|
| Conservação e manutenção de rodovias | (69.223) | (55.596) |
| Operação de rodovias | (16.387) | (19.830) |
| Construção - Ativos de concessão | (4.581) | (14.636) |
| Obrigações de concessão | (5.383) | (7.421) |
| Amortização de intangível – ativos de concessão | (1.850) | (393) |
| Pessoal | (13.911) | (14.003) |
| Remuneração dos administradores | (214) | (183) |
| Depreciação | (990) | (1.327) |
| Indenização | (89) | (208) |
| Consultorias empresariais | (3.838) | (4.090) |
| Provisão para contingências | (1.001) | (6.017) |
| Outros | (6.876) | (2.417) |
| Total Custos e Despesas | (124.343) | (126.121) |
| Custo dos serviços prestados | (112.579) | (113.423) |
| Despesas operacionais | (11.764) | (12.698) |
| Total por Função | (124.343) | (126.121) |

14. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

| | 31/03/2024 | 31/03/2023 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Diretoria e conselho | (189) | (158) |
| Encargos e benefícios | (25) | (25) |
| | (214) | (183) |

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 31 de março de 2024 e 31 de março 2023, está assim composto:

| Descrição | 31/03/2024 | 31/03/2023 |
|---|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Descontos obtidos | 4 | 29 |
| Rendimento sobre aplicações financeiras (i) | 212 | 1.469 |
| | 216 | 1.498 |
| Despesas financeiras: | | |
| Juros sobre financiamento (ii) | (12.811) | (18.984) |
| Juros sobre obrigações com fornecedores | (34) | (258) |
| Juros e multas sobre obrigações fiscais | (1.282) | (3.046) |
| Despesas bancárias | (107) | (114) |
| Atualização Monetária – excedente tarifário (iii) | (20.061) | (11.889) |
| Juros sobre arrendamentos | (62) | (99) |
| Juros diversos | (227) | (1.034) |
| | (34.584) | (35.424) |
| Resultado Financeiro Líquido | (34.368) | (33.926) |

- Reflexo da revisão dos rendimentos sobre aplicação financeira do ano de 2023, conforme informes de rendimentos intermediários oficiais divulgados pelas instituições bancárias;
- O valor dos juros sobre financiamento é apresentado líquido da provisão para o perdão da dívida do Subcrédito B, que em 31 de março de 2024 foi de R\$13.769 e em 31 de março de 2023 R\$12.961; e
- Correção monetária do excedente tarifário pelo IPCA + TIR, conforme determinado pela resolução 5.860/19. Comparado ao mesmo período do ano anterior, tem-se um aumento significativo devido ao acúmulo do IPCA + TIR sobre toda a receita acumulada no período.

16. Imposto de renda e contribuição social

16.1. Imposto de renda diferido

| | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|---|-----------------|-----------------|
| Imposto de renda e contribuição social | | |
| Prejuízos fiscais e base negativa | 118.909 | 122.449 |
| Perdão Encargos Moratórios BNDES | 39.020 | 41.078 |
| Provisões Contingências | 9.780 | 3.766 |
| Diferenças temporárias | 1.162 | 1.143 |
| Diferido ativo | 168.871 | 168.436 |
| Custos de empréstimos | (28.593) | (28.951) |
| Margem de construção | (12.932) | (13.054) |
| Ajuste a valor justo – ativo financeiro (i) | (55.579) | (50.843) |
| Diferido passivo | (97.104) | (92.848) |
| Diferido líquido, Ativo | 71.767 | 75.588 |

- Referente a atualização monetária do ativo financeiro conforme previsto na resolução nº 5.860/19.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia, considerando as melhores estimativas da Administração, sob análise dos cenários prováveis em relação a continuidade operacional da Concessão, em complemento aos efeitos dos impactos tributários esperados com o perdão da dívida do Subcrédito B do BNDES, conforme nota explicativa nº 9, e do processo de devolução amigável do ativo de concessão, conforme nota explicativa nº 7.

Segue expectativa de realização, considerando o saldo líquido:

| | <u>Compensações (R\$)</u> |
|----------------|---------------------------|
| 2024 | 24.522 |
| 2025 | 38.685 |
| 2026 em diante | 8.560 |
| | <u>71.767</u> |

16.2. Imposto de renda e contribuição social correntes e alíquota do período

O demonstrativo da apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

| | <u>31/03/2024</u> | <u>31/03/2023</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | (7.721) | (82.553) |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34% | (2.625) | (28.068) |
| IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões): | | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre base negativa Não contabilizada | 2.907 | 22.700 |
| Constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças permanentes | 280 | 63 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do ano | 280 | (5.304) |
| Alíquota efetiva | - | 6,42% |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | - | (5.367) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 280 | 63 |

A partir de 2022 a Companhia suspendeu a contabilização do IRPJ e CSLL diferido sobre o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa tendo em vista a expectativa de recuperabilidade dos respectivos valores. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

17. Provisões para demandas judiciais

A Companhia está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas, levando em consideração a opinião de seus consultores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão em 31 de março de 2024 no montante de R\$10.740 (R\$9.739 em 31 de dezembro de 2023).

| | <u>31/03/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhista (i) | 1.869 | 1.678 |
| Cível (ii) | 8.872 | 8.061 |
| | <u>10.741</u> | <u>9.739</u> |

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- i. As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, horas *in itinere*, adicional de insalubridade e periculosidade, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatício; e
- ii. As principais causas cíveis têm origem em solicitações de ressarcimento dos usuários quanto a sinistros ocorridos na faixa de domínio nas rodovias e em execução de títulos;

Companhia figura em processos que foram considerados segundo avaliação de seus advogados e consultores jurídicos com expectativa de perda como possível. Em 31 de março de 2024 totaliza R\$15.362 de natureza trabalhista e R\$21.379 de natureza cível. (em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$18.232 de natureza trabalhista e R\$20.755 de natureza cível).

Em relação aos Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227 julgados pelo Supremo Tribunal Federal referente entendimento relacionado à coisa julgada em matéria tributária, a Administração reitera que avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo e não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF, e que a decisão não resulta em impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

18. Cobertura de seguros

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “*all risks*” para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

| Marcos contratuais | Limite Máximo Indenizável (LMI)-R\$ | Prazo de vigência |
|---------------------------------|--|--------------------------|
| Risco de responsabilidade civil | 10.000.000 | Nov/23 a Nov/24 |
| Risco operacional | 74.245.575 | Nov/23 a Nov/24 |
| Seguro equipamentos | 2.296.800 | Ago/23 a Ago/24 |
| Seguro imóvel | 2.598.855 | Jun/23 a Jun/24 |

Em que pese o seguro garantia tenha tido sua vigência expirada em novembro de 2023, a Concessionária está adimplente ao prazo de 90 dias estabelecido na Ação Civil Pública, processo nº 1009673-31.2023.4.06.3802, pela Justiça Federal da 4ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberaba-MG, para comprovação nos autos, do aditamento da apólice vigente ou ainda de eventual negativa da Seguradora em proceder o respectivo aditamento. A suficiência da cobertura de seguros não fez parte do escopo de revisão do auditor independente.

19. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Previd., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Concebra não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Concebra aderiu ao Plano de Previdência em 01/2014, sendo que as contribuições da Companhia em 31 de março 2024 totalizaram R\$2.231 e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$2.220.

20. Compromissos com a concessão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, com a assinatura do Termo Aditivo nº 002, foram estabelecidas as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário, assim como as responsabilidades durante o período de transição e na transferência da concessão.

Fica estabelecido ainda a suspensão das obrigações de investimento constantes no Contrato de Concessão Originário e não previstos no Termo Aditivo e a manutenção de um seguro garantia de execução do contrato em favor da ANTT.

Para que se permita a execução dos serviços constantes no segundo Termo Aditivo, foi definida pela Agência uma Tarifa Excedente à Tarifa Calculada. O valor excedente à Tarifa Calculada auferido pela Concessionária durante a vigência do Termo Aditivo, cujo prazo foi até 21 de novembro de 2023, será descontado do valor da indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

21. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem critérios para a contabilização de *hedge*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo, menos perda por redução ao valor recuperável.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

- O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:
- A aplicação do fair value option reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, são representados pelos saldos demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2024 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

b) Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



c) Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

d) Risco regulatório

Há uma incerteza com relação aos riscos que poderão advir das decisões da agência relacionada aos termos do processo de relicitação e valores definidos de indenizações, considerando a alta discricionariedade das resoluções. Igualmente advém riscos relacionados a critérios de aferição de parâmetros do pavimento, não sendo claros no contrato a forma de levantamento e apuração, permitindo alta discricionariedade do órgão em sua análise e conclusões.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importante ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

e) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato específico, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada operação financeira realizada pela Companhia. Esse procedimento foi estabelecido a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

f) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



a) Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TLP.

Os CPC's 39, 40 e 48, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de março de 2024, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de março de 2024, definimos o cenário provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 31 de março de 2024, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras nos próximos 12 meses, conforme segue:

| Risco | Cenário provável I | Cenário II +25% | Cenário III +50% |
|---|--------------------|------------------|------------------|
| Aplicações financeiras - CDI + 2,5% a.a. | 5.455 | 5.455 | 5.455 |
| Receita financeira projetada | 191 | 239 | 287 |
| Variação | - | 48 | 96 |
| Risco | Cenário provável I | Cenário II | Cenário III |
| BNDES - TLP + 2% a.a. | 1.108.816 | 1.108.816 | 1.108.816 |
| Despesa financeira projetada | 193.045 | 241.306 | 289.568 |
| Variação | - | 48.261 | 96.523 |

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de endividamento em 31 de março de 2024, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22. Transações não caixa

No período findo em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023, a Companhia realizou as transações abaixo destacadas que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

| Transação | 31/03/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|
| Compensação de Impostos, taxas e contribuições por meio de diferidos ativos oriundos de prejuízo fiscal | 3.541 | - |
| Transferências de bens de ativo intangível para ativos financeiros | 2.134 | 41.449 |
| Reconhecimento e remensuração de contratos de arrendamentos | 1.315 | - |
